

Sites investigativos e o conceito de independência: instituição jornalística em favor da democracia

Tatiana Maria Silva Galvão*

Resumo

O propósito com este artigo é apresentar um conjunto de iniciativas jornalísticas online que se classifica como investigativo e independente, de modo a pensar como ele pode renovar a prática profissional e atuar em prol do avanço democrático. Do mesmo modo, mediante as experiências observadas, no estudo aborda-se o conceito de independência no jornalismo, refletindo como tal valor pode ser sinônimo de credibilidade em modelos de negócios comerciais ou não comerciais. Emergentes, com apenas um exemplo compatível no Brasil e outros pontuais espalhados pela América Latina e pelo mundo, acredita-se que tais iniciativas são centrais na renovação do jornalismo, especialmente para ampliar a pluralidade informativa para além dos veículos tradicionais e estimular a democratização da comunicação partindo da internet.

Palavras-chave: Instituição jornalística. Democracia. Internet.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas (Póscom) da UFBA.
E-mail: tatianamaria.dourado@gmail.com.

Introdução

As novas mídias possibilitam iniciativas jornalísticas diversificadas, mesmo estando elas em um único ambiente – a internet. Um cidadão interessado em comunicação *online* tem à disposição opções informativas de variados modos de leitura, que vão desde o conteúdo multiplataforma dos veículos tradicionais a sites especializados, revistas em formatos digitais com potencial multimídia, redes sociais específicas para cobertura de acontecimentos ou mesmo aplicativos para personalização da informação, dentre outras múltiplas possibilidades. Quase todas, no entanto, têm preocupações de natureza sociotécnica, encarando o desafio de oferecer ao leitor formas de consumo de notícia distintas de suportes como o impresso, o rádio ou a televisão, investindo em conteúdo multimídia – com vídeos, galerias de fotos e infográficos –, navegabilidade baseada na taticidade de aparelhos como *smartphones* e *tablets*, bem como na interatividade que é própria do meio digital.

Essas iniciativas parecem relevantes para a reflexão sobre a modernização da narrativa jornalística, tema acompanhado por diversos autores que estudam o jornalismo *online*. No entanto, ao contrário do esforço citado, não são muitos os casos de produções surgidas na internet – ou que se aproveitam das ferramentas digitais para ampliar o campo de atuação – que se consolidaram como novos grupos de comunicação, com modelos de negócios próprios, ajudando a renovar a prática profissional de modo sustentável e inovador. Nesse caso, chama atenção um conjunto de *sites* que defende o exercício do jornalismo, pratica a reportagem investigativa e se autocalifica como independentes – e, parte deles, sem fins lucrativos. Eles estão espalhados pelos quatro continentes em iniciativas pontuais, a maioria tendo como mote a melhoria da democracia mediante a transmissão da informação de interesse público.

Considera-se relevante retratar o objeto proposto com base em estudos que abordam o jornalismo como instituição, o que permite reconhecer as características “universalizáveis” que delimitam o campo, como a “mediação” (GUERRA, 2005). Porém, mais do que isso, é oportuna a tentativa de associar a instituição jornalística ao conceito de democracia, ao pensar a ideia de fontes alternativas de comunicação como pré-requisito do sistema democrático.

Nas sociedades onde há democracia, o jornalismo encontra-se ao seu serviço, podendo provê-la de um conjunto de funções com potencial para contribuir para a sua estabilização e aprofundamento. (FERREIRA, 2011, p. 82)

Dahl (2001, p. 111) argumenta sobre a necessidade de uma sociedade democrática ter fontes informativas plurais e regidas pela imparcialidade político-econômica: “Como a liberdade de expressão, diversos critérios democráticos básicos exigem que fontes de informações alternativas e relativamente independentes estejam disponíveis para as pessoas”. Esse cenário, contudo, será deslocado para o contexto contemporâneo marcado pelo protagonismo do ambiente *online*.

Neste artigo, busca-se o conceito de jornalismo “independente”, distinguindo-o daqueles “sem fins lucrativos” ou “alternativos”. Interpreta-se a imprensa como atividade econômica de caráter capitalista, que, apesar de perseguir o lucro, deve ficar atenta para afastar o caráter comercial da pressão que pode exercer o poder político-econômico, de modo a salvaguardar a natureza da atividade, fundamentada em princípios como objetividade, neutralidade e interesse público.

O potencial democrático da mídia *online*

Associações, organizações e instituições independentes, dentre elas a imprensa, conformam um conceito de sociedade pluralista, relevante para aperfeiçoar o sistema democrático (DAHL, 2001, p. 132). Dahl concebe como necessidade imperativa do referido modelo a participação do cidadão na vida política, principalmente num contexto, que se tornou mais forte no século XX, em que o acesso à informação acontece de forma mais descentralizada com o advento da internet. (DAHL, 2001)

A teoria democrática versa superficialmente sobre a liberdade de imprensa ou de opinião, sem se debruçar com profundidade sobre o papel da mídia diante das instituições sociais e da opinião pública. Ao analisar três correntes – a dos democratas limitados, republicanos e deliberativos –, Miguel (2000, p. 64) constatou o relativo silêncio acerca do tema, o que sinaliza o desinteresse na reflexão sobre a influência dos *medias* na vida cotidiana de sociedades complexas:

Os democratas limitados tendem a considerar a formação das preferências apenas na esfera privada e, assim, esvaziam o aspecto comunicativo da política – aliás, esvaziam a atividade política em si. Entre os autores classificados na corrente republicana, a ênfase à participação política no pequeno grupo faz com que as formas de comunicação mediada sejam deixadas de lado. Os democratas deliberativos, por fim, preocupam-se fortemente com a comunicação, mas apenas no contexto de um ideal normativo, apresentado de forma abstrata. Com isso, a mídia (o canal concreto

e comunicação política nas sociedades contemporâneas) é, mais uma vez, ignorada.

O jornalismo se apresenta como canal discursivo de mediação entre os fatos sociais e os indivíduos interessados. Segundo Guerra (2005, p. 2), como instituição, o campo tem como parâmetro a verdade e a relevância das informações, o que, do contrário, consistiria em “falha grave”. O discurso noticiado tem por consequência a construção de identidades coletivas, de fatos sociais e, mesmo, de imposição de significados, que serão debatidos socialmente com ênfases diversas conforme o poder do veículo de comunicação sobre o fluxo informativo e a capacidade de abranger fatia relevante de audiência. «É também por intermédio do discurso que se veiculam os projetos políticos, visões de futuro capazes de amalgamar uma pluralidade de indivíduos numa vontade coletiva» (MIGUEL, 2000, p. 65). Silva *et al.* (2015, p. 14) apontam que o pluralismo político, a participação social e o sistema democrático são estimulados em locais onde se tem menos influência econômica sobre a mídia: “Países mais democráticos seriam, também, mais propensos a apresentar menor concentração de propriedade de meios de comunicação”.

No ambiente da internet, mesmo com a incontável diversidade de vozes, como instituição, o jornalismo, motivado por interesses públicos ou do público, também funciona como catalisador no papel de emitir informações políticas, econômicas ou sociais e formatadas como notícias, o que garante uma aparente imparcialidade. No entanto, é no ambiente digital que a prática jornalística fica mais suscetível à participação dos indivíduos, com elogios, questionamentos ou críticas, que ganham ecos e contornos dialéticos a depender da proporção do fato noticiado.

Gomes (2005) elenca algumas vantagens nessa relação entre a infraestrutura da internet e a participação política da sociedade civil como produtora e detentora de informação. Dentre elas, as possibilidades de expressão do cidadão, a interação em larga escala, a possibilidade de deliberação *online* e ainda o fato de que

a informação disponível na internet é frequentemente desprovida das coações dos meios industriais de comunicação. [...] o que significa que, em geral, não é distorcida ou alterada para servir a interesses particulares, nem a forças do campo político nem à indústria da informação. (GOMES, 2005, p. 220)

Bragatto e Veiga (2001), que elencam as principais correntes de estudo sobre democracia e internet, dividem-nas em dois grupos de autores.

De um lado estão aqueles que defendem as ferramentas digitais como responsáveis pela conformação de uma nova e revolucionária dinâmica social, dentre os quais estão Levy (1995, 1999), Negroponte (1995), Rheingold (1996) e Rosnay (1997).

Para eles, a internet traz consigo a possibilidade de reorganização social e as novas tecnologias abrem as portas de um novo mundo, no qual o modelo de comunicação de massas é revisto, acentuando a democratização do acesso à informação. (BRAGATTO, 2011, p. 137).

De argumentos antagônicos estão autores como Virilio (2000) e Baudrillard (2005), que criticam a nova possibilidade de estratificação social e de controle da população e apontam as elites como verdadeiras beneficiárias da internet. Isso porque teriam elas mais poderio ferramental, como melhores conexões e suporte técnico, como explicam Bragatto e Veiga (2011, p. 138):

Apontam a possibilidade do meio colaborar para uma maior estratificação da sociedade, para o distanciamento da realidade e para a transposição para o ciberespaço de formas de controle já perpetuadas no mundo em que vivemos.

O jornalismo *online* não comercial e a busca pela independência

O jornalismo *online* sem finalidade lucrativa começou a se desenvolver nos Estados Unidos, motivado pela necessidade de reinvenção durante a crise financeira de 2008, que impactou modelos de negócios de veículos de comunicação de pequeno, médio e grande portes no país. Num cenário econômico instável e caótico, a internet e as tecnologias de informação e comunicação aceleraram a derrocada de jornais tradicionais, principalmente de cidades médias norte-americanas, e fortaleceram iniciativas arrojadas que migraram para o meio digital, tendo como base financiadora a filantropia (BUCCI, 2013) de milionários, fundações, universidades ou mesmo leitores.

Hoje, existe até quem fale em ‘jornalismo pós-industrial’, querendo dizer que a indústria sofre abalos sísmicos um após o outro, mas o jornalismo pode sobreviver a esses abalos e mesmo sobreviver à indústria. Prossegue porque, ao menos até aqui, as pessoas precisam dele, os cidadãos precisam dele e a sociedade precisa dele. (BUCCI, 2013, sem paginação)

Downie e Schudson (2009) abordam essa transformação ascendente como fenômeno positivo no campo jornalístico e que é protagonizado por projetos *online* que exercitam reportagens aprofundadas em torno de assuntos políticos como prestação de contas governamentais. Para os autores, a tendência migratória das iniciativas emergentes para o ambiente *online* – diante dos meios impressos ou de radiodifusão, mais caros – favoreceu a reconstrução daquele jornalismo ameaçado pelas demissões e pelos corte nos custos, de modo a preservar a investigação e a análise dos fatos. Eles apontam ainda, na análise, que a produção e a distribuição de conteúdo são cada vez mais participativas e colaborativas, até mesmo entre os próprios agentes do meio, assim como a iniciativa de compartilhar experiências sobre formas de financiamento viáveis:

A Internet e aqueles que aproveitam o seu potencial têm tornado possível – e muitas vezes de forma rápida – coletar e distribuir notícias mais amplamente em diversos caminhos. Isto está sendo feito não apenas pelos jornais sobreviventes e pela televisão comercial, mas por organização *online* de notícias em forma de *startups*, projetos de reportagens investigativas sem fins lucrativos, estações públicas de radiodifusão, serviços de notícias de agências de universidades, sites de notícias comunitárias com participação do cidadão e blogueiros. Mesmo agências governamentais e grupos de ativistas desempenham papéis. Juntos, eles estão criando não só uma variedade de missões de reportagens investigativas, mas diferentes definições de notícia. (DOWNIE; SCHUDSON, 2009, sem paginação)

A agência norte-americana *ProPublica*, cujo foco são reportagens jornalísticas investigativas de temas de interesse público com “força moral”, como se posiciona, é considerada precursora entre as iniciativas que se dizem independentes e sem fins lucrativos. Anunciada em 2007, a agência começou a funcionar em janeiro de 2008, em Nova Iorque, sob o comando inicial de Paul Steiger, ex-editor chefe do *The Wall Street Journal*, e hoje é coordenada por Stephen Engelberg, ex-editor chefe do *The Oregonian* e ex-editor de investigação do *The New York Times*, e por Richard Tofel, ex-editor assistente do *The Street Journal*. Editorialmente, a *ProPublica* reconhece a diversidade de vozes atual potencializada pelo ambiente digital, mas se coloca como um emissor que prioriza fatos em forma de reportagens investigativas. Eles abriram espaço para a defesa da prática da investigação, que perde espaço nos veículos comerciais de comunicação pelo custo alto, já que demanda profissionais qualificados, tempo longo de apuração e análise de dados e investimento financeiro.

“Given these realities, many news organizations have increasingly come to see investigative journalism as a luxury that can be put aside in tough economic times”.¹

Segundo Dowie e Shudson (2009), a *ProPublica* é a maior iniciativa de jornalismo sem fins lucrativos, com equipe formada por mais de 30 de repórteres investigativos e por editores que contam com o apoio de rede de voluntários para análise de dados, a depender do tamanho do projeto. No entanto, os mesmos autores apontam que, nesse contexto norte-americano, existem grupos menores que atuam com o mesmo propósito de busca pela investigação e independência, como o *New Haven Independent*², de Connecticut, o *The Center for Investigative Reporting*, na Califórnia, ou o *Texas Tribune*, em Austin. “As muitas novas fontes de cobertura jornalística têm se tornado, no espaço de relativamente poucos anos, fatores significativos na reconstrução do jornalismo americano” (DOWIE; SHUDSON, 2009, sem paginação). No Brasil, a Agência Pública, surgida em 2011, é o exemplo que mais se aproxima dos precursores dos Estados Unidos, por ter como bandeiras a reportagem e o jornalismo investigativo e ser pioneira no país como veículo de comunicação sem fins lucrativos.

Bucci (2005, p. 227) defende que a velha busca pela objetividade, tão discutida no jornalismo, deve continuar como paradigma de credibilidade, com “participação crítica e autônoma do cidadão. Qualquer governo verdadeiramente voltado à estruturação da democracia para todos é também beneficiário de uma comunicação jornalística pautada pela objetividade”. O papel de mediação do jornalismo, portanto, depende do esforço pela objetividade, de modo a alcançar a independência editorial. Segundo Bucci (2005, p. 228), o conceito de independência editorial se firmou no âmbito da ética jornalística entre os séculos XIX e XX, fruto do «jornalismo de mercado», e está diretamente relacionado à independência econômica e financeira da empresa jornalística:

Um veículo de comunicação privado é independente editorialmente quando o grupo que o edita é independente financeiramente. Quer dizer, quando não está sujeito a um anunciante em especial, a uma verba privilegiada do governo ou a agente financiador privilegiado.

Num estudo comparado, Albuquerque (1999, p. 25) analisa o modelo de jornalismo independente nos Estados Unidos e no Brasil. Ele parte da hipótese de que, apesar do discurso da imprensa brasileira de

1 “Muitas organizações de notícias, cada vez mais, passaram a ver o jornalismo investigativo como um luxo que pode ser posto de lado em momentos econômicos difíceis”. (PROPÚBLICA..., 2015, sem paginação, tradução nossa)

2 Cf. NEW HAVEN INDEPENDENT. Disponível em: <http://www.newhavenindependent.org//>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

isonomia em relação aos preceitos norte-americanos, isso é apenas “gesto formal”, visto que a interpretação que se dá é diferente. Lá, aponta, a ideia da imprensa como “quarto poder” não ocorre no

âmbito do Estado e não se confunde com as prerrogativas dos três poderes constitucionais. O compromisso com a objetividade e a imparcialidade jornalísticas, com a representação dos cidadãos frente ao Estado e com a manutenção do equilíbrio entre os três poderes tendem, no Brasil, a ser interpretados em termos muito menos dogmáticos que nos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, p. 25-26, 1999).

No entanto, em contexto geral, Cook (1999, p. 205) problematiza o papel da imprensa no cumprimento de princípios como o da objetividade levando em consideração a influência do poder da instituição jornalística, que ele acredita ter força política no sentido de impor valores à sociedade:

O jornalismo é pelo menos parcialmente independente de suas fontes na produção do conteúdo das notícias. Em consequência, ela pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa.

Apesar de citado constantemente, não se encontrou nenhum trabalho que tratasse o jornalismo independente como um conceito elaborado. De forma recorrente, a imprensa está vinculada à autonomia editorial do veículo de comunicação dos poderes econômicos. Também não foram localizadas pesquisas acadêmicas que dessem conta de aferir esse grau de independência da imprensa. Seabra e Santos (2003, sem paginação) defendem que a informação jornalística seja fonte de dados, não um negócio, e questionam: «Se dentro do universo maior da comunicação, o jornalismo está desaparecendo, quem irá substituí-lo? A propaganda? O entretenimento?» Para os autores, o jornalismo aprisionado em interesses difusos, mais político-financeiro do que social,

enfraquece toda estrutura de sociedades democráticas. O jornalismo independente oferece algo único para qualquer cultura – informação confiável, precisa e abrangente de que cidadãos

necessitam para serem livres. (SEABRA; SANTOS, 2003, sem paginação)

Sites jornalísticos independentes e investigativos: uma tendência

Em levantamento exploratório, realizado no primeiro semestre de 2015³, foram detectados 20 exemplos de *sites* que podem ser encaixados como investigativos, independentes e, a maioria, sem fins lucrativos. Os Estados Unidos têm três casos mais conhecidos: o *ProPublica*, o *Public Integrity* e o *Center of Investigative Reporting*. Também foram catalogados, até o momento, cinco exemplos na Europa: o *MediaPart*, da França; o *Organized Crime and Corruption Reporting Project*, que cobre a Europa Oriental, e três do Reino Unido: o *The Bureau of Investigative Journalism*, o *Exaro* e o *New England Center of Investigative Reporting*. Foram detectados dois casos na Ásia: o *Global Investigative Journalism Network*, da Coreia; e o *Investigative News Network*, da Arábia.

Na América Latina, são dez iniciativas consolidadas, sendo que o Brasil aparece com uma, a Agência Pública (*A Pública*). Entre as demais, estão o *Centro de Investigación Periodística (Ciper)* e o *The Clinic*, do Chile; *El Faro*, de El Salvador; *El Puerco Espín*, da Argentina; *IDL-Reporteros*, do Panamá; *La Silla-Vacia*, da Colômbia; *Plaza Pública*, da Guatemala; *Animal Político*, do México; e *Confidencial*, da Nicarágua. Apesar do número significativo já constatado, o levantamento de iniciativas que podem ser englobadas na prática específica aqui narrada continua para além deste trabalho.

Em 2013, todos os dez casos latino-americanos se juntaram em uma rede chamada “Aliados” (2013), com o intuito de fortalecer a cooperação mútua e encontrar formas alternativas de financiamento de projetos editoriais. Na declaração de adesão, assinada em 15 de junho do referido ano, os membros defenderam a qualidade profissional, a transparência de procedimentos, a independência política e a econômica e o rigor factual sobre as realidades da América Latina e do mundo “de modo que não fazem os *medios* tradicionais da região”. (ANIMAL POLÍTICO, 2013)

Além dos projetos de jornalismo que apostam nas reportagens aprofundadas, há outros casos de *sites* que levantam a bandeira da “independência”, porém com caráter mais alternativo, como o Centro de Mídia Independente (CMI), veículo que publica textos de colaboradores voluntários motivados pela posição ideológica “anticapitalista”, como se classificam; ou a Mídia Ninja, coletivo de jovens jornalistas que se

3 A pesquisa é contínua e outros sites estão sendo catalogados. No Brasil, o exemplo consolidado de maior repercussão é a Agência Pública, mas outros coletivos se mostram promissores, como o Repórter de Rua.

opõem politicamente aos *medias* tradicionais. Há, ainda, diversos *blogs* e *sites* voltados para a cobertura de temas políticos. Apesar de relevantes no ambiente digital, essas iniciativas não são alvo da análise direta neste trabalho porque têm características distintas dos *sites* pretendidos, que são mais focados em reportagens – no sentido estrito do gênero jornalístico – do que em notícias *factuais*, notas curtas ou cobertura de eventos. No entanto, eles seriam interessantes em futura pesquisa, que se propõe a discutir mais profundamente o conceito de independência no jornalismo.

A proposta aqui é, justamente, apresentar inicialmente as características principais dos *sites* levantados – que se classificam como de jornalismo independente e investigativo – com o intuito de perceber como eles podem servir de paradigma para um “novo” jornalismo, com aprofundamento de conteúdos em forma de reportagens e pautados pela ótica do interesse público. Nesse primeiro esforço de pesquisa, fez-se um apanhado das iniciativas vigentes na América Latina e se debruçou com mais detalhe em três delas: *A Pública*, do Brasil; o *Ciper*, do Chile; e o *El Faro*, de El Salvador. Dos exemplos, *El Faro* é o veículo mais antigo, com primeira publicação digital datada em 1998, seguida do *Ciper*, de 2007 e, mais recentemente, a brasileira *A Pública*, de 2011.

Para este artigo, quatro categorias foram definidas para o estudo, de modo a auxiliar a percepção sobre o objeto: *autodefinição*, para entender como eles se apresentam como veículo; *objetivos editoriais*, para averiguar por quais princípios jornalísticos se regem; *formas de financiamento*, para checar como tem sido construída a independência sem comprometer o conteúdo editorial; e os *eixos temáticos*, para compreender se o material produzido tem vinculação com a ideia de interesse público. Os dados estão presentes nos *sites* dos veículos em questão.

Ao observar a primeira categoria, *autodefinição*, verifica-se que a classificação “sem fins lucrativos” aparece em dois (*A Pública* e *Ciper*), enquanto o *El Faro* indica ter fins lucrativos e justifica a defesa do modelo de negócio em editorial *online*, apontando que não há “figuras intermediárias entre o privado e o interesse social”. No texto, o editorial aponta o jornalismo como um modelo empresarial comercial e fala sobre a necessidade de eliminar os efeitos negativos com relações comerciais transparentes. Já os dois outros *sites* alegam que optaram pela bandeira de “sem fins lucrativos” com o objetivo de manter a independência. No entanto, assim como em *A Pública* e no *Ciper*, a bandeira da independência também é o principal valor editorial defendido pelo *El Faro*. Nesse caso, *A Pública* afirma que acredita na reportagem e desenvolve jornalis-

mo investigativo independente. O *Ciper* informa que é independente de “partidos e grupos econômicos e religiosos” em suas reportagens investigativas. Do mesmo modo, *El Faro* se posiciona como independente de interesses econômicos, políticos, comerciais ou financeiros.

A análise dos *objetivos editoriais*, segunda categoria, revela discurso comum a todas as três iniciativas em torno de valores democráticos com o acesso à informação. *A Pública* tem como metas fortalecer o direito à informação, qualificar o debate democrático e promover os direitos humanos. O *Ciper* propõe, com a produção jornalística, contribuir para a melhoria da democracia, fomentar políticas públicas de qualidade e pressionar por mais transparência e menos corrupção. O *El Faro* tem como missão editorial a construção de uma sociedade “devidamente informada”, o apoio da igualdade perante a lei e o combate à corrupção e à impunidade.

O tópico seguinte, *formas de financiamento*, merece atenção especial, já que significa os modos de viabilizar e renovar o fôlego da produção jornalística contemporânea. Nesse quesito, todas as três iniciativas têm como um dos principais sustentáculos financeiros as fundações filantrópicas, mesmo o *El Faro*, que se coloca como com fins lucrativos.

Aqui chama atenção também a predisposição dos grupos em facilitar o acesso a informações no próprio *site* sobre os modos de financiamento, o que pode ter relação direta com a defesa da independência. *A Pública* aponta que possui cinco fontes de financiamento, sendo que três são organizações de investimentos filantrópicos (Fundação Ford, Omidyar Network e Open Society Foundations), que apoiam projetos específicos, além dois *crowdfundings*, trazendo listas de quem fez doações para a campanha colaborativa das reportagens. Por sua vez, o *Ciper* tem apoio de um grupo de comunicação chamado Copesa, de instituições filantrópicas internacionais (Fundação Ford, Universidade Diego Portales e la Open Society Foundation) e doações de leitores. O *El Faro* tem três formas de recebimento de recursos financeiros: as entidades filantrópicas internacionais, como a Open Society Foundations, a ICCO e a Fundação Böll, apontada como a principal fonte financeira, além de publicidade e patrocínio, que são os anúncios de diferentes marcas no *site* do veículo, e a comercialização do conteúdo editorial, como livros.

Na última categoria analisam-se os *eixos temáticos* com intuito de identificar a presença de pautas de interesse público com base nos assuntos delimitados editorialmente pelos veículos. Nesse caso, apenas *A Pública* e o *Ciper* indicaram temas específicos. No primeiro, os impactos dos megaeventos esportivos, tortura e violência dos agentes do

Estado, megainvestimentos na Amazônia, crise urbana, empresas e violações de direitos humanos. Da parte do *Ciper*, a proposta é fiscalizar os poderes políticos e econômicos, mediante a análise de documentos, com base em leis chilenas sobre acesso à informação. *El Faro* não delimita campos de atuação, mas informa que trabalha com o compromisso de construir uma sociedade bem informada por meio do combate à corrupção e à impunidade. Para tratar a categoria num viés mais prático, faz-se uma breve análise da última reportagem publicada, em registro feito no dia 31 de julho de 2015, nesses três veículos, com o intuito de verificar como esses *eixos temáticos* são trabalhados pelos grupos.

A Pública, o exemplo brasileiro, destacou a “A arte de ignorar a natureza” (MACIEL, 2015) sobre a conduta de três empresas que elaboram os estudos de impacto ambiental das maiores usinas hidrelétricas do país para acelerar o ritmo das obras. O conteúdo foi publicado no dia 28 de julho de 2015. O texto disponibiliza diversos *links* externos para acesso a: relatório de impacto ambiental, desenvolvido por uma das empresas; dados do cadastro censitário socioeconômico; pesquisa censitária e arqueológica; denúncia do Ministério Público Federal sobre suspeita de cartel de contratos; a lista das 71 empresas cadastradas no Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); notícia institucional de construtora anunciando parceria; um relatório de consórcio de empresas; dentre outros. Ao todo, são 29 *links* externos, o que incluem ainda tese de doutorado, texto de lei sancionada, notícia veiculada em meios de comunicação e outros. Há, ainda, seis *links* internos, sobre o mesmo tema, para outras reportagens produzidas pela própria *Pública*. Além disso, o conteúdo tem quatro fotos, um mapa onde é possível localizar as hidrelétricas e três gráficos. Há opção de gerar um documento PDF da íntegra do texto. Após três dias da publicação, a reportagem havia registrado 3 mil compartilhamentos, além de um comentário anexo.

No *Ciper*, a reportagem em destaque é “Testimonios acreditan que el Ejército guardó archivos secretos de la dictadura” (SKOKNIC, 2015), que revela, em entrevista com militares, que o Exército escondeu em câmeras subterrâneas arquivos com milhares de documentos microfilmados com informações de operações secretas durante a ditadura do país. O conteúdo foi publicado no dia 30 de julho de 2015. Como no primeiro caso, o texto é longo e com alguns intertítulos, que ajudam a organizar os blocos de subtemas no mesmo assunto. Nesse caso, há apenas um *link*, que é interno, e leva para um especial multimídia produzido

pelo próprio Ciper sobre a morte, supostamente por envenenamento, de Frei Montalva, presidente do Chile de 1964 a 1970. A reportagem usa como estratégia a marcação de palavras em negrito, possivelmente com o intuito de dar maior conforto à leitura e ainda destacar os principais personagens do fato narrado. Além do texto, a reportagem é composta por cinco fotos. Em um dia, dois comentários foram feitos na página. No entanto, não há opção de verificar a quantidade de compartilhamentos realizados.

No *El Faro*, no dia de análise, o destaque era para uma reportagem sobre a greve do transporte público em San Salvador, capital de El Salvador: “Pandillas logran sostener pulso con el gobierno por el transporte público” (ZABLAH; LABRADOR, 2015), a maior paralisação desde a guerra civil no país, acompanhada por uma onda de violência, com sete motoristas assassinados, que forçou o fechamento do comércio e a suspensão das aulas em colégios. O conteúdo foi publicado no dia 29 de julho de 2015. O texto tem tom crítico ao denunciar que organizações criminosas medem poder com o governo. Nesse caso, a reportagem não explora a utilização de *hiperlinks* no próprio texto, apenas como notícias relacionadas, em um box lateral, que elenca outras cinco reportagens. O texto também é dividido por intertítulos e é acompanhado por três fotografias e um vídeo. Dois dias após a publicação, 33 comentários tinham sido registrados na própria página, além de terem sido computados 96 compartilhamentos, entre Twitter e Facebook.

Conclusão

A prática jornalística sobrevive para além da preponderância de um suporte material e, em diferentes contextos, o desejo de informar pode ter razões comerciais e/ou sociais em graus variados, a depender da forma como serve à democracia. Diante disso, pode-se afirmar que, por mais difuso que pareça, é possível trabalhar com a premissa de que o conceito de independência, no jornalismo, pode se adequar a veículos com características comerciais ou não comerciais, públicas ou privadas. Além dessa complexa pluralidade, que se diferencia a cada grupo de comunicação, o estudo sobre o jornalismo independente ainda carece de esforços aprofundados. O valor é defendido pela maioria da imprensa como estratégia da credibilidade e comumente se torna sinônimo de imparcialidade. No entanto, os modos de exercê-lo se deturpam de diferentes maneiras e certamente merecem ser foco de pesquisa.

Mais do que nunca, papel, radiodifusão e *sites* são complementares no processo comunicativo, cada um com a sua especificidade material e

dinâmica de interação. Mesmo nesse contexto de multiplataformas, a internet cada vez mais se torna um ambiente autêntico do debate social. Com isso, as condutas dos veículos jornalísticos, quer audiovisuais, quer impressas ou virtuais, sem pudor, são confrontadas constantemente pelos usuários da web. A depender da amplitude do acontecimento, essa interferência crítica pode manchar a reputação construída pelo veículo ao longo da história. Por isso, afirma-se que o projeto editorial e o modo como ele é exercido – de forma ética, apurada e imparcial, o que pode ser critérios de independência – são mais importantes do que o suporte em que o veículo está.

A crise da imprensa norte-americana, que motivou a criação de iniciativas jornalísticas independentes e investigativas, transmutou o tipo de negócio de mídia, de modo a arregimentar a sociedade para financiamentos filantrópicos de projetos que hoje servem como referências para o campo. Downie e Schudson (2009) sugerem que a sociedade norte-americana sejam responsáveis por apoiar a cobertura jornalística, com o intuito de que sejam preservadas a independência e a credibilidade.

Neste artigo, tomou-se esse contexto como referência, tendo como objeto de discussão os *sites* que defendem um jornalismo independente e investigativo, alguns deles sem fins lucrativos – outros, que não fecham as portas à entrada de verbas advindas de publicidade e propaganda, porém apontam o método como minoritário entre o montante captado para manutenção das atividades do veículo.

Numa tendência recente, a maior parte delas recebe verbas de fundações filantrópicas, principalmente internacionais, para o desenvolvimento de projetos editoriais. No entanto, também lançam campanhas de financiamento coletivo, os chamados *crowdfundings*, em que cada leitor ou cidadão interessado pode contribuir com o valor para viabilizar uma reportagem. Nos três *sites* analisados, percebe-se a preocupação com uma espécie de transparência na relação com o leitor, revelando quais são as suas fontes financiadoras. No entanto, essa tentativa de construir relação confiável com o usuário é aqui considerada limitada, pois não traz detalhes sobre montantes arrecadados – apenas a fonte da arrecadação – ou mais detalhamento sobre como o *status* de “sem fins lucrativos” tem sido trabalhado como modelo não comercial. Desse modo, percebe-se que o veículo que mais se preocupou em “provar” a imparcialidade foi o *El Faro*, que recebe verbas de publicidade e propaganda. Também, nesse caso, não é possível checar facilmente *online* o valor recebido, porém é detalhado em um gráfico simples o percentual cooptado com cada fonte de financiamento.

Investigative sites and the concept of independence: journalistic institution for democracy

Abstract

The purpose with this article is to present a set of online journalistic initiatives that ranks as investigative and independent, to think how it can renew professional practice and act in favor of democratic advancement. Similarly, through observed experiences, the study addresses the concept of independence in journalism, reflecting how this value may be synonymous with credibility in commercial or non-commercial business models. Emerging nations, with just one example compatible in Brazil and other points spread throughout Latin America and the world, believe that such initiatives are central to the renewal of journalism, especially when it comes to expanding the plurality of information beyond traditional vehicles and encouraging the democratization of communication starting with the Internet.

Key-words: *Journalistic institution. Democracy. Internet.*

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. 2011. Disponível em: <apublica.org/>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 7-37, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ANIMAL POLÍTICO. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/uAlyij>>. 2013. Acesso em: 7 jun. 2015.

BAUDRILLARD, J. Baudrillard on the New Technologies: an interview with Claude Thibaut. Disponível em: <<http://www.uta.edu/english/apt/collab/texts/newtech.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A internet como objeto de estudo: balanço da literatura e uma agenda de pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, *Revista Compolítica*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 132-163, 2011. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/download/30/24>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRAGATTO, R. C.; VEIGA, L. Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos na área. *Revista Compolítica*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 131-164, set./out. 2011. Disponível em: <compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/30>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BUCCI, Eugenio. O jornalismo como razão de ser das emissoras públicas. *Diplomatique*. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1402>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

BUCCI, Eugenio. O jornalismo de espírito público não pode ser “chapa-branca”. *Revista Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 2, p. 227-232, 2005. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37532>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN E INFORMACIÓN PERIODÍSTICA (CIPER). 2007. Disponível em: <ciperchile.cl/>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. *Revista Brasileira de Ciência Política* online, Brasília, n. 6, p. 203-247, jul./dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200009>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

DOWNIE, Leonard Jr.; SHUDSON, Michael. New-model journalism needs community support. 2009. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/10/18/AR2009101801461.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

DOWNIE, Leonard Jr.; SHUDSON, Michael. The reconstruction of american journalism. *Columbia Journalism Review*, New York, sem paginação, nov./dez. 2009. Disponível em <http://www.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

EL FARO. 1998. Disponível em: <www.elfaro.net/>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

FERREIRA, G. Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? Jornalismo público e deliberação política. *Revista Exedra*: número temático: “Comunicação nas Organizações”, Coimbra, p. 79-92, 2011. Disponível em <<http://www.exedrajournal.com/docs/s-CO/04-79-92.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

GUERRA, J. L. Instituição e organização jornalística: uma distinção conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICACAO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2005. CD-ROM.

LEVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1995.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACIEL, Alice. A arte de ignorar a natureza. *A Pública*, São Paulo, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/07/a-arte-de-ignorar-a-natureza/>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, 2000. Disponível em: <<http://www.demod.unb.br/index.php/component/content/article/12-publicacoes-da-equipe/52-luisfelipemiguel>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

NEGROPONTE, N. *Vida digital*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

NEW HAVEN INDEPENDENT. Disponível em: <<http://www.newhavenindependent.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

PROPÚBLICA: journalism in the public interest. New York, 2015. Disponível em: <<https://www.propublica.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

RHEINGOLD, H. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996.

ROSNAY, J. de. *O homem simbiótico*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEABRA, Geraldo; SANTOS, Luciene. *Princípios do jornalismo independente*. 2013. Disponível em <<https://webinsider.com.br/2013/03/04/principios-de-um-jornalismo-independente/>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

SILVA, Juliano da *et al.* Mais concentração de propriedade de mídia, menos democracia? Testando possibilidades de associação entre variáveis. *Intercom*: RBCC, São Paulo, v.38, n.1, p. 65-84, jan./jun. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v38n1/1809-5844-interc-38-01-0065.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2017.

SKOKNIC, Francisca. Testimonios acreditan que el ejército guardó archivos secretos de la dictadura Santiago de Chile, 30 jul. 15. Disponível em: <<http://mail.derechos.org/nizkor/chile/doc/quemados1.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

THE CENTER FOR INVESTIGATIVE REPORTING. Disponível em: <<http://cironline.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Teorema, 2000.

ZABLAH, Nelson Rauda; LABRADOR, Gabriel. Pandillas logran sostener pulso con el gobierno por el transporte público. *El Faro*, El Salvador, 29 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.elfaro.net/es/201507/noticias/17232/Pandillas-logran-sostener-pulso-con-el-gobierno-por-el-transporte-p%C3%ABablico.htm>>. Acesso em: 14 de julho de 2015.

Enviado em 6 de janeiro de 2016.
Aceito em 25 de abril de 2016.